

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
INFORMAÇÃO AO LEITOR .....	11
ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS .....	23
INTRODUÇÃO .....	25

### PARTE I

#### TEORIA GERAL DOS TRATADOS

##### CAPÍTULO 1

##### CONCEITO DE TRATADO INTERNACIONAL

1.1	Antecedentes históricos .....	31
1.2	A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados .....	34
1.3	Conceito de tratado .....	39
1.3.1	Acordo internacional .....	41
1.3.2	Celebrado por escrito .....	43
1.3.3	Concluído entre Estados ou organizações internacionais .....	45
1.3.4	Regido pelo Direito Internacional .....	46
1.3.5	Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos .....	48
1.3.6	Ausência de denominação específica .....	49
1.4	Terminologia dos tratados .....	49
1.5	A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs) .....	61

##### CAPÍTULO 2

##### CLASSIFICAÇÃO DOS TRATADOS

2.1	Classificações formais .....	68
2.1.1	Quanto ao número de partes .....	69
2.1.2	Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão .....	72

2.1.3	Quanto à possibilidade de adesão.....	74
2.2	Classificações materiais.....	76
2.2.1	Quanto à natureza jurídica.....	76
2.2.2	Quanto à execução no tempo.....	79
2.2.3	Quanto à execução no espaço.....	80
2.2.4	Quanto à estrutura da execução.....	81
2.3	Plano das partes seguintes.....	82

## PARTE II

### GÊNESE DO TRATADO INTERNACIONAL

#### CAPÍTULO 1

##### PROCESSO DE FORMAÇÃO E CELEBRAÇÃO DOS TRATADOS

1.1	Introdução.....	85
1.2	Fases internacionais e internas.....	86
1.3	Condições de validade.....	87
1.3.1	Capacidade dos negociadores.....	87
1.3.2	Habilitação dos signatários e plenos poderes.....	90
1.3.3	Consentimento mútuo.....	96
1.3.4	Licitude e possibilidade material do objeto.....	97
1.4	Formação do texto convencional.....	98
1.4.1	As negociações.....	99
1.4.1.1	Distinção quanto ao tipo de tratado.....	100
1.4.1.2	Procedimento em organizações internacionais ou conferências internacionais <i>ad hoc</i> .....	102
1.4.1.3	Regra geral da boa-fé nas negociações.....	103
1.4.2	A adoção do texto.....	104
1.4.2.1	Regras para a adoção.....	105
1.4.2.2	Diferenciações.....	106
1.4.2.3	Plenos poderes na adoção.....	106
1.4.3	A autenticação.....	107
1.5	Expressão do consentimento.....	110
1.5.1	A assinatura.....	112
1.5.1.1	Conceito.....	112
1.5.1.2	Natureza jurídica.....	113
1.5.1.3	Plenos poderes na assinatura.....	114
1.5.1.4	Assinatura com efeito de ratificação.....	117

1.5.1.5	Assinatura diferida .....	120
1.5.2	A ratificação .....	121
1.5.2.1	Conceito .....	124
1.5.2.2	Natureza jurídica .....	125
1.5.2.3	Tratados silentes .....	127
1.5.2.4	Procedimento .....	129
1.5.2.5	Características .....	132
1.5.2.5.1	Ato externo e de governo .....	132
1.5.2.5.2	Ato expresso .....	134
1.5.2.5.3	Ato político e circunstancial.....	135
1.5.2.5.4	Ato discricionário .....	136
1.5.2.5.5	Ato irretroativo .....	138
1.5.2.5.6	Ato irretroatável.....	139
1.5.2.5.7	Inexistência de prazos gerais.....	140
1.5.2.5.8	(Im)possibilidade de ratificação condi- cional .....	141
1.5.3	A adesão .....	141
1.6	Estrutura dos tratados .....	146

## CAPÍTULO 2

### RESERVAS AOS TRATADOS MULTILATERAIS

2.1	Introdução .....	149
2.2	Reservas aos tratados bilaterais?.....	151
2.3	Conceito e formulação das reservas.....	152
2.4	Momento de formulação das reservas.....	155
2.5	Limites às reservas.....	157
2.6	Procedimento das reservas .....	165
2.7	Distinção entre reservas e outros atos não reservativos .....	166
2.8	Aceitação e objeção das reservas.....	170
2.9	Efeitos das reservas .....	174
2.10	Retirada das reservas ou objeções.....	175
2.11	Interpretação das reservas .....	176
2.12	O problema das reservas (e das emendas) no âmbito interno .....	176

## CAPÍTULO 3

### ENTRADA EM VIGOR DOS TRATADOS

3.1	Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados .....	181
-----	--	-----

3.1.1	Entrada em vigor dos tratados.....	181
3.1.2	Aplicação provisória dos tratados.....	184
3.2	Registro e publicidade dos tratados.....	186
3.3	Observância e aplicação dos tratados.....	190
3.3.1	Observância (ou cumprimento) dos tratados.....	190
3.3.2	Aplicação dos tratados.....	197
3.3.2.1	Aplicação no tempo.....	198
3.3.2.2	Aplicação no espaço.....	199
3.4	Vigor dos tratados e responsabilidade internacional.....	201

PARTE III  
VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DOS TRATADOS

CAPÍTULO 1  
O TRATADO EM VIGOR

1.1	Efeitos do tratado sobre as partes.....	205
1.1.1	Efeitos externos.....	206
1.1.2	Efeitos internos.....	207
1.2.	Efeitos do tratado sobre terceiros.....	209
1.2.1	Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva.....	210
1.2.2	Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado.....	210
1.2.3	Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados.....	212
1.2.3.1	Tratados que criam obrigações para terceiros Estados.....	213
1.2.3.2	Tratados que criam direitos para terceiros Estados.....	214
1.3.	Efeitos de um tratado ainda não em vigor sobre os contratantes e sobre terceiros.....	217
1.4.	Emendas e modificações aos tratados.....	218
1.4.1	Emendas aos tratados.....	218
1.4.2	Modificações aos tratados multilaterais.....	223
1.4.3	Procedimento de direito interno.....	225
1.5	Interpretação dos tratados.....	226
1.5.1	Regra geral de interpretação.....	227
1.5.2	Meios suplementares de interpretação.....	230

1.5.3	Interpretação dos tratados autenticados em duas ou mais línguas.....	233
1.5.4	Sistemas de interpretação.....	235
1.5.4.1	Interpretação internacional.....	235
1.5.4.2	Interpretação interna.....	237
1.5.4.3	Interpretação doutrinária.....	239
1.6	O conflito entre tratados sucessivos.....	239
1.6.1	Prevalência da Carta da ONU e das normas de <i>jus cogens</i> .....	241
1.6.2	O problema das cláusulas de compatibilidade.....	242
1.6.3	Tratados sucessivos sobre a mesma matéria com partes idênticas.....	244
1.6.4	Tratados sucessivos sobre a mesma matéria com partes distintas.....	246
1.7	Concorrência do tratado com uma norma costumeira posterior.....	247

## CAPÍTULO 2

## VÍCIOS DO CONSENTIMENTO E DO ATO INTERNACIONAL

2.1	Vícios do consentimento e nulidade dos tratados.....	249
2.1.1	Anulabilidade do consentimento.....	252
2.1.2	Nulidade do consentimento.....	255
2.1.3	Nulidade dos tratados.....	257
2.2	O <i>jus cogens</i> e o tema da invalidade dos tratados.....	262
2.2.1	O que são normas de <i>jus cogens</i> ?.....	263
2.2.2	Conflito entre tratado de norma <i>jus cogens</i> .....	269
2.2.2.1	Conflito entre tratado e norma de <i>jus cogens</i> anterior.....	270
2.2.2.2	Conflito entre tratado e norma de <i>jus cogens</i> posterior.....	272
2.2.2.3	Conflito entre tratado e norma de <i>jus cogens</i> existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena... ..	274
2.2.3	Posição hierárquica das normas de <i>jus cogens</i> no direito dos tratados.....	275
2.3	A inconstitucionalidade dos tratados.....	276
2.3.1	Concepção constitucionalista.....	278
2.3.2	Concepção internacionalista.....	279
2.3.3	Concepção conciliatória.....	281
2.3.4	A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969.....	281
2.3.5	A questão da inconstitucionalidade intrínseca dos tratados.....	287

## CAPÍTULO 3

## EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DOS TRATADOS

3.1	Extinção dos tratados .....	292
3.1.1	Extinção por acordo das partes .....	293
3.1.1.1	Ab-rogação predeterminada .....	293
3.1.1.1.1	Expiração do termo convencionado.....	294
3.1.1.1.2	Condição resolutiva .....	294
3.1.1.1.3	Execução integral do objeto do tratado	295
3.1.1.2	Ab-rogação superveniente .....	296
3.1.1.2.1	Extinção pelo voto de certo número de partes .....	297
3.1.1.2.2	Extinção por um tratado posterior .....	298
3.1.2	Extinção pela vontade unilateral (denúncia) .....	299
3.1.2.1	A denúncia na Convenção de Viena de 1969.....	299
3.1.2.2	O problema da denúncia no Direito brasileiro.....	303
3.1.3	Causas extrínsecas de extinção .....	310
3.1.3.1	Violação grave do tratado.....	311
3.1.3.2	Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado .....	313
3.1.3.3	Mudança fundamental das circunstâncias .....	314
3.1.3.4	Rompimento das relações diplomáticas e consulares ..	316
3.1.3.5	O estado de guerra .....	316
3.1.3.6	O desuso ( <i>desuetudo</i> ) .....	317
3.2	Suspensão da execução dos tratados.....	318

## CAPÍTULO 4

## PROCEDIMENTO RELATIVO AOS VÍCIOS E NULIDADES

4.1	Procedimento relativo aos vícios do consentimento, à nulidade, extinção, retirada ou suspensão da execução de um tratado .....	320
4.2	Consequências da nulidade, da extinção e da suspensão da execução de um tratado.....	323

## PARTE IV

## OS TRATADOS NA CONVENÇÃO DE VIENA DE 1986

## CAPÍTULO 1

## REGRAS GERAIS SOBRE A CONVENÇÃO DE 1986

1.1	Introdução .....	329
-----	------------------	-----

1.2	Histórico e situação atual da Convenção de 1986.....	330
1.3	Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986 .....	331
1.4	Relação da Convenção de 1986 com a Convenção de 1969 .....	333
1.5	Situação da Convenção de Viena de 1986 no Brasil .....	334

## CAPÍTULO 2

### OS TRATADOS NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE 1986

2.1	Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados .....	335
2.2	Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986.....	336
2.2.1	Acordos de sede .....	336
2.2.2	Acordos sobre privilégios e imunidades.....	337
2.2.3	Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados.....	337
2.2.4	Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais.....	337
2.2.5	Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados.....	338
2.3	Questões não prejudicadas pela Convenção de 1986 .....	338

## PARTE V

### OS TRATADOS E O DIREITO INTERNO

#### CAPÍTULO 1

#### PROCESSUALÍSTICA CONSTITUCIONAL DE CELEBRAÇÃO DE TRATADOS NO BRASIL

1.1	Introdução .....	341
1.2	A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados.....	345
1.3	A questão dos acordos em forma simplificada .....	346
1.4	O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados .....	355
1.5	O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados. ....	362
1.5.1	A expressão “resolver definitivamente” empregada pela Constituição.....	363
1.5.2	A questão dos “encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional” .....	367
1.6	Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional.....	370
1.7	Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados .....	372
1.7.1	Aceite definitivo e depósito .....	373
1.7.2	A promulgação.....	375
1.7.3	A publicação .....	383

1.8	Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional .....	386
1.9	Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados .....	387

## CAPÍTULO 2

## O CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMA DE DIREITO INTERNO

2.1	O caso brasileiro .....	389
2.2	Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF .....	392
2.3	Nosso posicionamento frente à posição do STF .....	398
2.4	O controle jurisdicional da convencionalidade das leis .....	405
2.4.1	A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano .....	406
2.4.2	O controle de convencionalidade no Direito brasileiro .....	409
2.4.3	Controle de suprallegalidade .....	413
2.5	Alguns pontos sensíveis sobre a aplicação dos tratados no Brasil .....	414

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	419
----------------------------------	-----

## ANEXO I

CONVENÇÃO DE HAVANA SOBRE TRATADOS (1928) .....	435
---	-----

## ANEXO II

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS (1969) ...	439
--	-----

## ANEXO III

CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE DIREITO DOS TRATADOS ENTRE ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS OU ENTRE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS (1986) .....	469
---	-----

## ANEXO IV

STATUS OFICIAL DA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS DE 1969 .....	505
---	-----

OUTRAS OBRAS DO AUTOR .....	543
-----------------------------	-----